

# 2.3

Protagonismo da família indígena  
Peixoto na política e na economia,  
Cabo Frio (RJ) - Século XIX

---

Marcelo Sant'Ana Lemos e Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira

## RESUMEN

El artículo retrata el protagonismo político, económico y social de la familia indígena Peixoto, que vivía en la parroquia de Aldeia de São Pedro (Cabo Frio, RJ). Uno de sus miembros, el Dr. José Peixoto Ypiranga dos Guarany (1824-1873), fue el primer y único abogado indígena formado en el Imperio. La familia participó intensamente en la vida política y económica de la región, interviniendo para enfrentar los desafíos planteados por las plagas agrícolas, mostrándose así articulada con los avances técnicos en la agricultura. De hecho, Joaquim Peixoto, padre del bachiller, era miembro de la Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). De esta manera, este estudio busca mostrar cómo la familia indígena Peixoto supo navegar en la burocracia estatal y las élites locales, aprovechando sus conocimientos para emprender mayores vuelos económicos y transformarse en grandes cafetaleros, dueños de esclavos, pero, al mismo tiempo, al mismo tiempo, preservar su identidad indígena, en una sociedad que apuntaba a la integración subordinada de los pueblos indígenas e incluso a su eliminación.

## PALABRAS CLAVE

Protagonismo indígena  
Economía  
Siglo XIX  
Cabo Frio (RJ)

## RESUMO

O artigo retrata o protagonismo político, econômico e social da família indígena Peixoto, que viveu na freguesia da Aldeia de São Pedro (Cabo Frio, RJ). Um de seus membros, dr. José Peixoto Ypiranga dos Guarany (1824-1873), foi o primeiro e único advogado indígena formado no Império. A família participou intensamente da vida política e econômica da região, interferindo no enfrentamento dos desafios impostos pelas pragas da agricultura, mostrando-se, pois, articulada com os avanços técnicos da lavoura. Inclusive, Joaquim Peixoto, pai do bacharel, foi sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Desse modo, este estudo busca mostrar como a família indígena Peixoto soube transitar na burocracia estatal e nas elites locais, aproveitando-se de seu conhecimento para alçar voos econômicos maiores e se transformar em grandes cafeicultores, escravocratas, mas, ao mesmo tempo, preservando sua identidade indígena, numa sociedade que visava à integração subordinada dos povos indígenas e mesmo ao seu apagamento.

## PALAVRAS-CHAVE

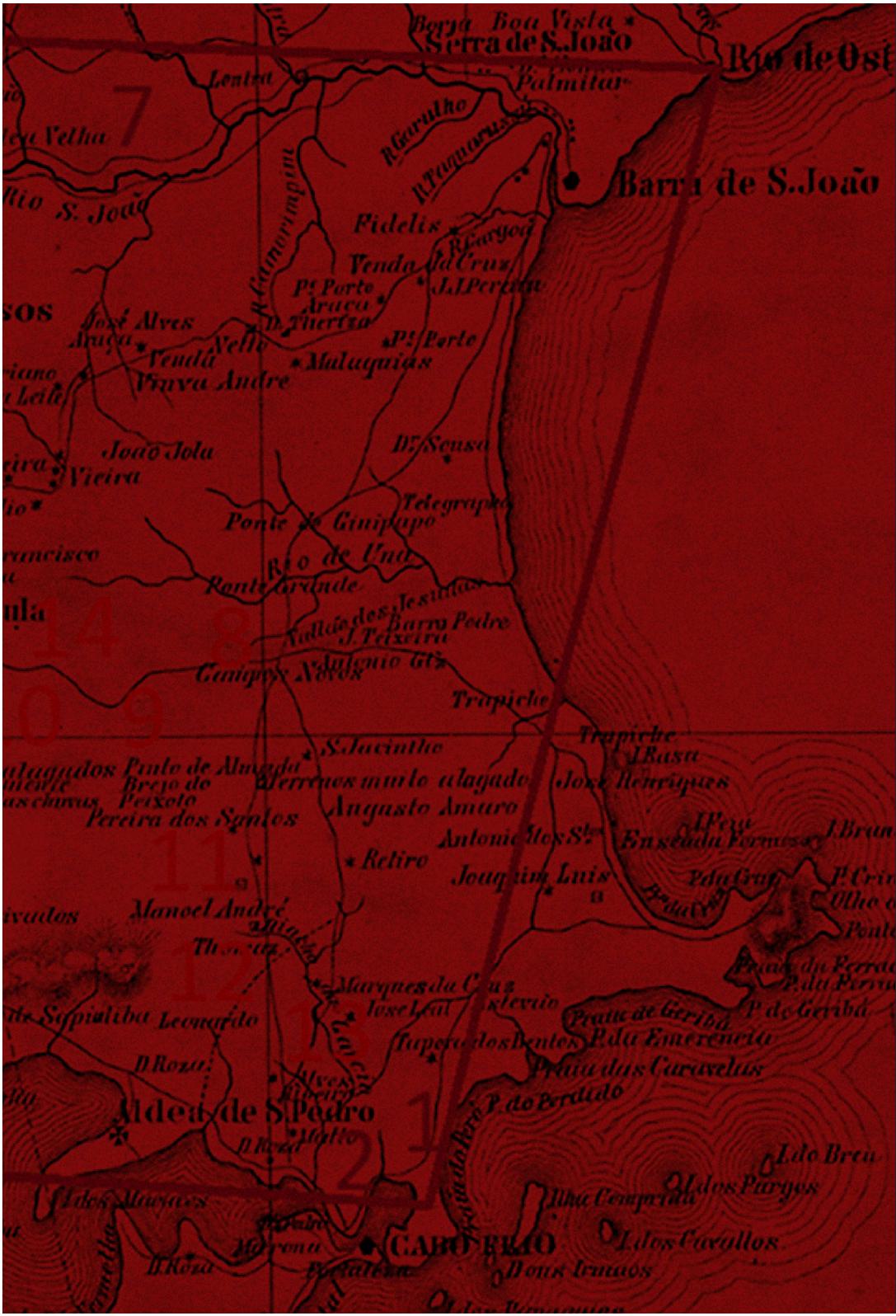
Protagonismo indígena  
Economia  
Século XIX  
Cabo Frio (RJ)

## ABSTRACT

*The article portrays the political, economic and social protagonism of the Peixoto indigenous family, who lived in the parish of Aldeia de São Pedro (Cabo Frio, RJ). One of its members, Dr. José Peixoto Ypiranga dos Guarany (1824-1873), was the first and only indigenous lawyer trained in the Empire. The family participated intensely in the political and economic life of the region, intervening in facing the challenges posed by agricultural pests, thus showing itself to be articulated with the technical advances in farming. In fact, Joaquim Peixoto, father of the bachelor, was a member of the Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). In this way, this study seeks to show how the Peixoto indigenous family knew how to navigate the state bureaucracy and local elites, taking advantage of their knowledge to take greater economic flights and transform themselves into large coffee growers, slave owners, but, at the same time, preserving their indigenous identity, in a society that aimed at the subordinate integration of indigenous peoples and even their erasure.*

## KEY WORDS

*Indigenous Protagonism  
Economy  
19th Century  
Cabo Frio (RJ)*



**E**ste texto aborda o protagonismo político, econômico e social da família indígena Peixoto, que viveu na freguesia da Aldeia de São Pedro (Cabo Frio, RJ). Um de seus membros, dr. José Peixoto Ypiranga dos Guarany's (1824-1873), foi o primeiro e único advogado indígena formado no Império. A família atuou intensamente na política e na economia do município de Cabo Frio, que englobava, na ocasião, o Aldeamento de São Pedro (atual cidade de São Pedro da Aldeia-RJ).

# introdução

Esse texto aborda o protagonismo político, econômico e social da família indígena Peixoto, que viveu na freguesia da Aldeia de São Pedro (Cabo Frio, RJ). Um de seus membros, dr. José Peixoto Ypiranga dos Guaranys (1824-1873), foi o primeiro e único advogado indígena formado no Império. A família atuou intensamente na política e na economia do município de Cabo Frio, que englobava, na ocasião, o Aldeamento de São Pedro (atual cidade de São Pedro da Aldeia-RJ)<sup>1</sup>. Este estudo se configura por reflexões que começaram a ser feitas, sem o caráter conclusivo, sobre o material que foi levantado nos jornais pesquisados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, nas atas da Câmara do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio, nos Registros Paroquiais de Terras do acervo do Arquivo Público Estadual (APERJ), e do inventário de José Peixoto Ypiranga dos Guaranys, sob a guarda do Museu da Justiça. A particularidade da família ora enfocada se dá não só pelo fato de

<sup>1</sup> O aldeamento de São Pedro foi erguido em 1617 e, inicialmente, ficou sob a administração dos jesuítas. Criado no contexto da luta contra os franceses, que resultaria na fundação da cidade do Rio de Janeiro (1565) e na de 4 outros aldeamentos ao redor da baía de Guanabara (São Lourenço, 1568; São Barnabé, 1584; Nossa Senhora da Guia, 1620; e São Francisco Xavier de Itaguaí, 1627). Os aldeamentos tinham a função de ajudar na proteção militar da capitania e no fornecimento de trabalhadores. O referido aldeamento foi extinto em 1876. Seu território originou, a grosso modo, o município de São Pedro da Aldeia (1892), emancipado de Cabo Frio.

ter entre seus membros o primeiro e único bacharel indígena em Direito do Império, o dr. José Peixoto Ypiranga dos Guaranys, mas também por ela pertencer à elite local, com uma atuação política, econômica e intelectual de peso na região. Estes atores históricos não só elaboraram propostas econômicas para as situações de crise locais, mas estiveram atentos também aos progressos técnicos da agricultura, colaborando com informações históricas sobre o aldeamento e seus habitantes. Além disso, foram proprietários de terras, cafeicultores e escravocratas, o que destoava completamente da situação majoritária dos indígenas daquela localidade.

Nesse sentido, buscamos investigar o protagonismo político e econômico do dr. Ypiranga dos Guaranys em um primeiro momento; o do seu pai, Joaquim Rodrigues Peixoto, na segunda parte; e, por fim, refletir sobre a origem da riqueza dessa família indígena, forjada dentro do aldeamento de São Pedro, onde a maioria (senão todos) dos indígenas era analfabeta, pobre e vítima de constantes esbulhos territoriais e patrimoniais.

É instigante, do ponto de vista da pesquisa acadêmica, observar

como essa família soube atuar nos meandros da política e da economia imperial, entendendo e utilizando dos trâmites burocráticos a favor da acumulação de capitais, mas sem deixar de perder sua identidade indígena, o que contrastava com a visão de mundo que tinham, de poder contribuir para “civilizar” os parentes indígenas do aldeamento e integrá-los de forma subordinada à sociedade imperial, cristã e ocidental.

## A ATUAÇÃO DO DR. JOSÉ PEIXOTO YPIRANGA DOS GUARANYNS NA POLÍTICA ECONÔMICA

A ligação da família Peixoto, em especial do nosso personagem central, não se dava apenas no campo da política stricto sensu. Ela também ocorria na própria economia e na política econômica. Em termos econômicos, o pai do bacharel, Joaquim Rodrigues Peixoto, possuía cabedais acima da média dos aldeados de São Pedro. É possível acreditar que isso tenha origem nas atividades agrícolas que eram desenvolvidas nas propriedades da família, bem como no comércio de cabotagem, pois a família tinha a posse da lancha Caramuru (com capacidade de 22 toneladas), que atuou na rota marítima Cabo Frio - Rio de Janeiro, pelo menos entre 1834 a 1840. Essa embarcação era utilizada para enviar à capital do Império produtos como café, farinha, milho, feijão, peixes, garrafas vazias e barricas (Moreira; Lemos, 2022).

Muitas dessas mercadorias eram produzidas nas propriedades fundiárias da família, que ficavam na Caveira, na freguesia da aldeia de São Pedro. Nos registros, a família também aparece constantemente como uma das maiores produtoras de café da cidade nos anos de 1850. O tio/sogro do bacharel, Miguel Rodrigues da Cunha, por exemplo, foi arrolado como um dos principais cafeicultores da região, com uma safra acima de 4 mil arrobas<sup>1</sup>.

Para além da importância política propriamente dita, o dr. Ypiranga dos Guaranyns também foi chamado pelas autoridades municipais, provinciais e imperiais para participar do desenvolvimento da política econômica em alguns momentos cruciais<sup>2</sup>. Um deles ocorreu na década de 1870, quando o vereador dr. Ypiranga dos Guaranyns tornou-se o representante da Câmara de Cabo Frio, junto à administração provincial, que procurava soluções para os problemas enfrentados pela economia – debate que era feito em uma conjuntura econômica que apresentava uma das modificações estruturais mais profundas da história do Brasil. Em termos nacionais, se discutia o fim da escravidão, o que levaria à aprovação

da Lei do Ventre Livre (1871). Em termos provinciais, até como reflexo das mudanças que ocorriam, se debatia a perda da “preeminência nacional” da província, o que acarretaria na diminuição do status político e econômico do Rio de Janeiro no cenário nacional (Gouvêa, 2008).

Nesse contexto, a administração provincial enviou uma portaria para à Câmara de Cabo Frio. O documento foi recebido no dia 22 de novembro de 1870 e lido na sessão do dia 01 de dezembro. Nele constavam os seguintes questionamentos:

1º qual o estado atual da lavoura deste município, inclusive a indústria de criação?

2º qual a produção de gêneros denominados coloniais e quais de consumo e o valor dos mesmos nos mercados da província?

3º qual a relação entre os braços livres e os braços escravos empregados na lavoura?

4º finalmente, quais as causas da decadência da lavoura e medidas a adotar-se para seu desenvolvimento, meios de cultura que convém introduzir e providências a tomar para essa introdução?

Para responder à demanda, a Câmara criou uma comissão na qual deixava claro a importância do “sr. Vereador Dr. Guaranyns”, que deveria produzir “um parecer, [para] pautar-lhe essas informações”, que teriam que ser dadas até o dia 10 de janeiro de 1871<sup>3</sup>.

O dr. Ypiranga dos Guaranyns produziu um minucioso relatório com informações, o qual foi lido na sessão do dia 9 de janeiro. Nele constam informações riquíssimas no campo da economia, que mostram uma visão ampla, como a crítica que faz aos juros bancários. Em relação ao estado da lavoura, afirmava que era “desolador”. Os cafeicultores, que “há três ou quatro anos colhiam 4 a 5 mil arrobas, hoje colhem 400 a 500 arrobas”. Enfrentavam o problema da formiga, que era “mais devastadora que a borboletinha”. As bananeiras também sofriam. Se antes duravam “15 a 20 anos, dando cachos e sem interrupção, hoje só dá um cacho, o segundo já é fraco,

e no terceiro cai sem tora em consequência das baratas que se ocupam nas distribuições de caixas vazias”. Elas também sofriam com a praga da cochonilha. O arroz havia desaparecido. O algodão não podia competir com o que se produzia em “São Paulo, Minas e Maranhão”. A mandioca, que parecia ser “isenta” por ser natural da “América”, também dava “mostras de enfraquecimento”. A criação de animais, por sua vez, enfrentava problemas por ser feita “em campo aberto e molhado”, ou seja, em áreas pantanosas e brejos<sup>4</sup>.

Quanto ao valor dos produtos, em seu documento, o dr. Ypiranga dos Guaranyns sublinhava que os “principais gêneros de consumo (...) são: milho, farinha e feijão”, os quais eram vendidos pelos seguintes valores: “milho à 4 mil réis o saco, a farinha idem e o feijão oito mil réis” – valores considerados baixos<sup>5</sup>.

Em relação ao trabalho empregado na lavoura, o advogado destacava que havia um braço livre para 40 escravos. A “lavoura livre é exercida apenas por aqueles que não têm escravos, metendo-se que a existência de um só escravo em qualquer casa da roça importa, acarreta todo o apreço, todo o serviço da casa sobre o mesmo escravo, inclusive a roça, tendo o senhor por feitor”<sup>6</sup>. E, por fim, seu relatório apontava que o problema enfrentado pelos lavradores não era exclusivo das pragas, mas também da necessidade de recorrer aos empréstimos bancários e de particulares, cujos juros eram muito altos<sup>7</sup>.

O texto também se queixava da “falta de transporte do interior pela lagoa de Araruama rumo ao Forte da Barra [de São Mateus]” e do preço do frete de cada saca embarcada para lá, que era de 1:150\$000 réis, o que era considerado alto<sup>8</sup>. O documento descrevia, portanto, todo o desafiador cenário de produção e comércio da região em que atuava a família Peixoto.

4 AHCMCF. ACF. Livro 8, p. 328.

5 AHCMCF. ACF. Livro 8, p. 328.

6 AHCMCF. ACF. Livro 8, p. 328.

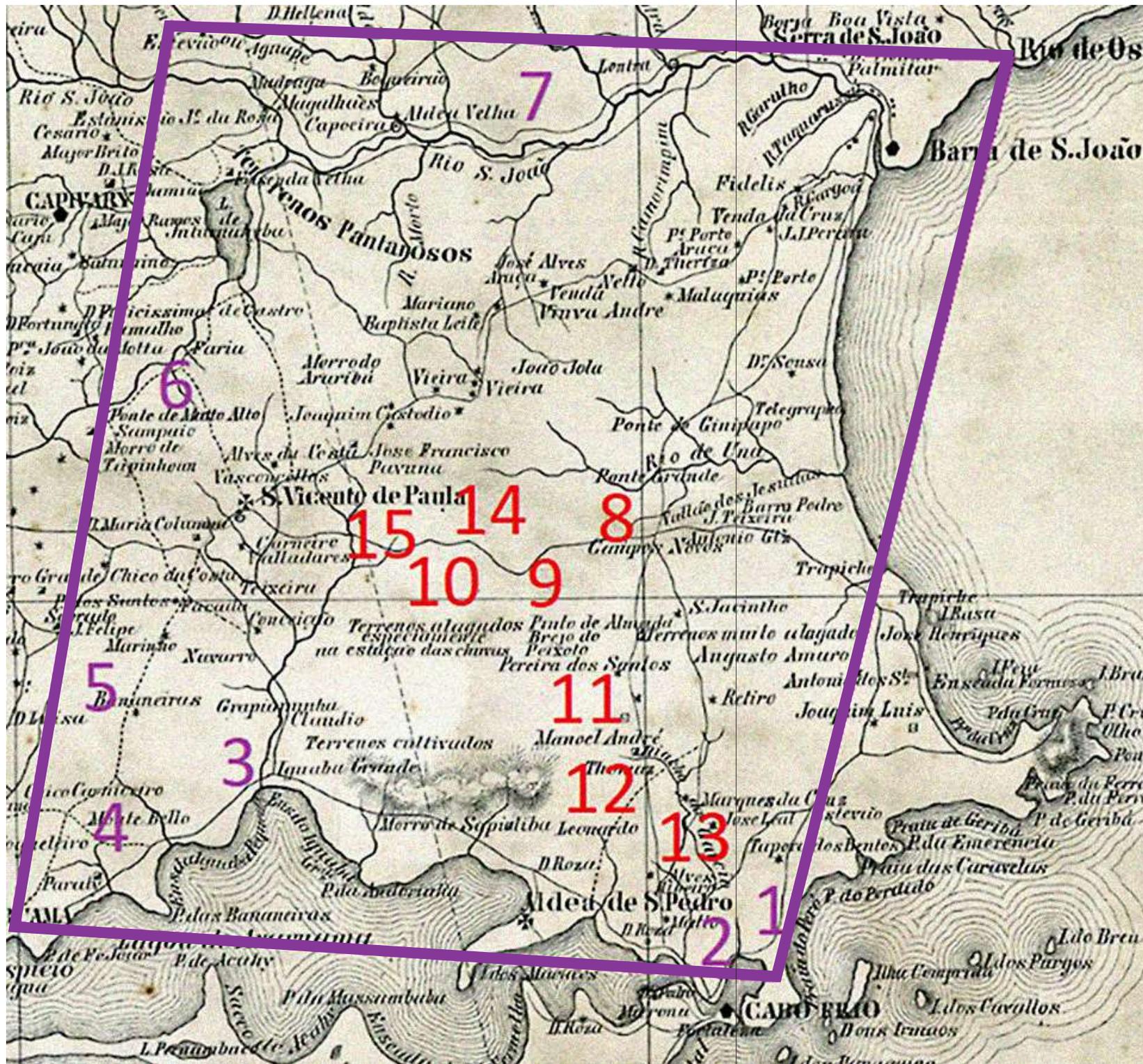
7 AHCMCF. ACF. Livro 8, p. 328.

8 AHCMCF. ACF. Livro 8, p. 328.

1 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HD). Almanak, ed. 8, 1851.

2 Entre os anos de 1840 e 1870, a família Peixoto (bacharel, pai e tio/sogro) sempre ocupou a Câmara de Vereadores de Cabo Frio, seja como vereadores ou suplentes que se tornariam um vereador, chegando, em alguns casos, a ser o presidente da Casa, cargo que era ocupado pelo vereador mais votado no quadriênio.

3 Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio (AHCMCF). Atas da Câmara Municipal de Cabo Frio (ACF). Livro 8, p. 319.



Detalhe da Carta corográfica da província do Rio de Janeiro, mandada organizar por decreto da Assembléia Provincial de 30 de outubro de 1857 e pelo presidente da mesma província o Exmo. Snr. Cons<sup>o</sup> Antônio Nicolau Tolentino<sup>1</sup>

#### LIMITES DA SESMARIA DOS ÍNDIOS

- 1 – Marco da Sesmaria de São Bento (Tapera dos Bentos)
- 2 – Praia do Baixo (atual Baixo Grande)
- 3 – Iguaba Grande
- 4 – Paraty
- 5 – Sesmaria do Padre Antonio Gonçalves Marinho
- 6 – Margem do Rio Alto
- 7 – Rio São João

#### LOCALIDADES CITADAS NAS TERRAS REGISTRADAS PELA FAMÍLIA PEIXOTO

- 8 – Campos Novos
- 9 – Brejo do Peixoto/ Pai Domingos
- 10 – Terrenos Alagados especialmente na estação das chuvas / Caveira
- 11 – Manoel André
- 12 – Leonardo
- 13 – Alves Ribeiro
- 14 – Pântano do Trimum
- 15 – Itai

<sup>1</sup> Arquivo Nacional. Carta corográfica da província do RJ, mandada organizar por decreto da Assembléia Provincial de 30/10/1857 e pelo presidente da mesma província o Exmo. Snr. Cons<sup>o</sup> Antônio Nicolau Tolentino. Ref. BR AN, RIO F4.0. MAP.618.

## A ATUAÇÃO DE JOAQUIM RODRIGUES PEIXOTO NA POLÍTICA ECONÔMICA

A participação do dr. Ypiranga dos Guaranyrs no campo da política econômica não era, entretanto, uma novidade para a família. O seu pai, Joaquim Rodrigues Peixoto também havia contribuído como vereador, além de ter atuado em uma instituição privada. Segundo o periódico mensal “O Auxiliador da Indústria Nacional”, Joaquim foi membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) entre, pelo menos, 1852 e 1855, isto é, desde quando apareceu morando na aldeia de São Pedro e como sócio correspondente em 1852<sup>9</sup>.

A SAIN foi fundada em 1827, na cidade do Rio de Janeiro. Seu principal objetivo era “promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da indústria no Império do Brasil” (Urbinati; Lamarão, s/d). Constituiu-se de um órgão consultivo do Governo Imperial, examinando e emitindo pareceres a respeito de questões ligadas à economia, os quais eram encaminhados ao Ministério do Império. Devido à interferência de alguns de seus sócios, em 1838, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>10</sup>. Logo, essa instituição se apresentava como muito importante não apenas para o Império, mas igualmente para a trajetória intelectual do próprio bacharel<sup>11</sup>. Os relatórios da SAIN eram publicados no periódico mensal “O Auxiliador da Indústria Nacional”. Seus membros acreditavam na forte vocação da agricultura do Brasil e, por isso, davam grande destaque à indústria da agricultura – ainda, segundo a classificação que adotavam, existiriam as indústrias da manufatura e do comércio (Urbinati; Lamarão, s/d).

Outra contribuição de Joaquim Rodrigues Peixoto se deu nos anos de 1860, novamente na esfera pública. Na oportunidade, quando exercia a vereança, foi chamado

pela municipalidade a responder sobre uma portaria do governo provincial de 27 de maio de 1861. O documento, lido na sessão da Câmara no dia 9 de setembro, pedia informações as diversas localidades sobre “a praga, que ultimamente se tem manifestado nos cafezais”. A Casa deliberou que se “ouvisse os diferentes lavradores do termo”<sup>12</sup>. Na sessão seguinte, no dia 13 de setembro, decidiu-se que “na Aldeia [de São Pedro], Joaquim Rodrigues Peixoto, João Francisco de Moura, Miguel Rodrigues da Cunha, Miguel José dos Santos, Antonio José Alvares, Manoel José Gomes Pereira de Macedo, Manoel Teixeira de Melo” fossem ouvidos a respeito<sup>13</sup>. Com isso, podemos observar que a presença de Joaquim e de seu irmão, Miguel, como cafeicultores era destacada.

Não há registros do que foi relatado, infelizmente. Mas é certo que os fazendeiros produziram uma resposta que foi lida na sessão do dia 7 de janeiro de 1862, aprovada e encaminhada para a Comissão de Redação da Câmara. Na sessão seguinte, três dias depois, mostrando a urgência do tema, a Comissão leu, aprovou a redação final e a encaminhou para a administração provincial<sup>14</sup>.

Não satisfeito, o governo provincial pediu mais informações a respeito do tema à Câmara Municipal, como se pode ver no registro da sessão do dia 3 de outubro de 1862, o que foi encaminhado à Comissão de Diferentes Objetos<sup>15</sup>.

O presidente da província, aproveitando-se do surto industrial que ocorria, e mostrando preocupação com o desenvolvimento da economia cafeeira, pois via uma grande possibilidade aberta por conta da desorganização da produção do algodão nos Estados Unidos durante a Guerra de Secessão Americana (1861-1865), adotou políticas para o desenvolvimento desta atividade. Para isto, foi ajudado pela “Associação para o Suprimento de Algodão de Manchester”, do Império Britânico, que estimulava o cultivo da planta em vários lugares do mundo – Brasil, Egito e Turquia, além da Índia, onde já atuava, para favorecer a sua produção têxtil. A Associação distribuía sementes e fornecia informações sobre como plantar. O primeiro lote de sementes chegou ao Brasil em 1861, junto com um descarçador. Houve outras remessas

até o ano de 1863. As sementes, cujas variedades eram as usadas nos Estados Unidos, acabaram se adaptando melhor à região de Sorocaba (SP). Houve também um polo algodoeiro importante no Maranhão (Hollanda, 1997; Coelho, 2002).

Mas a ajuda para desenvolver o algodão também partiu da SAIN, que enviou para a Câmara de Cabo Frio um “exemplar do manual do cultivador do algodão”, publicado por ela, para que fizesse “chegar ao conhecimento dos agricultores do seu município as vantagens que se podem colher”. A Casa acusa o recebimento na sessão do dia 16 de junho de 1862<sup>16</sup>.

Por sua vez, as sementes enviadas pelo governo provincial chegaram no dia 13 de outubro de 1862. Com elas, a ordem de se distribuir para “lavradores de seu município cujos nomes a mesma Câmara participaria a presidência”, junto ao que se recomendava que quem recebesse deveria dar conta do “resultado da cultura do dito gênero”. Entre os que estavam agradados, encontravam-se “os seguintes lavradores: (...) [na] freguesia, na Aldeia Joaquim Rodrigues Peixoto”<sup>17</sup>.

## A ORIGEM DA RIQUEZA DA FAMÍLIA: AS PROPRIEDADES FUNDIÁRIAS

A participação da família Peixoto na política econômica era fruto do reconhecimento que as autoridades imperiais, provinciais e municipais tinham da capacidade intelectual, visão de mundo, influência política e riqueza que seus membros possuíam. Igualmente, se dava pelo fato de a família pertencer à elite econômica local, já que era uma grande proprietária de terras e de escravizados, os quais eram utilizados na criação de animais e na produção de “gêneros denominados coloniais”.

Em relação às propriedades fundiárias da família Peixoto, conseguimos recuperar parte delas com os Registros Paroquiais de Terra. Todos os registros possuem a mesma data, de 29 de fevereiro de 1856, e são tirados da freguesia da aldeia de São Pedro<sup>18</sup>. Provavelmente, o acesso à terra era facilitado pelo fato de serem indígenas influentes no aldeamento. Esses atributos deram para a

família uma enorme vantagem, em relação aos outros indígenas e até mesmo aos não indígenas, no processo de acumulação de capitais, por não pagarem foro às terras do aldeamento.

Os primeiros registros das propriedades da família que achamos são do avô do bacharel, José Rodrigues da Cunha<sup>19</sup>. Nos “Registros Paroquiais de Terras” da freguesia da aldeia de São Pedro (Livro 13 de 1854 até 1857) conseguimos localizar quatro passagens de seu nome. Três delas confrontam com as de Joaquim José Ribeiro, que pagava foro àquela Conservatória<sup>20</sup>. Uma dessas era na localidade de São Mateus (primeira parte do caminho que levava a freguesia de São Pedro à Campos Novos)<sup>21</sup> e outra no caminho da “Caveira” (uma das últimas seções daquela estrada antes de chegar a “Campos Novos”)<sup>22</sup>. Há um outro registro com uma propriedade que confronta com a do seu filho, Miguel Rodrigues da Cunha, que tinha uma outra propriedade de terra na “Caveira”, ao lado dos herdeiros de seu pai, e que era vizinho de Joaquim José Ribeiro<sup>23</sup>.

Esta vizinhança não era tranquila, como demonstram os registros. Joaquim José Ribeiro tinha terras em litígio com José Órfão, que era tutelado por Miguel Rodrigues da Cunha. Este espaço também fazia vizinhança com Joaquim Rodrigues Peixoto, irmão de Miguel. Miguel ainda era vizinho de José Órfão em uma outra propriedade na Caveira<sup>24</sup>.

Acreditamos que José Órfão era o primeiro filho do bacharel. Quando ainda estudante de Direito, e antes de se casar, teve este filho em São Paulo, em 25 de abril de 1850, de mãe desconhecida. O menino fora trazido para perto da família, recebeu terras (como propriedade) e é muito provável que tenha sido criado pelo seu tio-avô,

9 HD. O auxiliador, ed. 2, 1851, p. 6 e 348; ed. 1, 1852, p. 466; ed. 4, 1855, p. 473.

10 A respeito da fundação e importância do IHGB, consultar Moreira e Lemos (2022).

11 Ao longo de nossa pesquisa a respeito da biografia do dr. José Peixoto Ypiranga dos Guaranyrs, percebemos que tanto ele quanto o seu pai atuaram na Comissão Municipal Histórica de Cabo Frio, entre os anos de 1850 e 1860. A Comissão, montada a pedidos da presidência da província do Rio de Janeiro, requisitava dados históricos, sobretudo dos indígenas do aldeamento de São Pedro e adjacências, para serem encaminhados ao IHGB. Essas informações foram usadas posteriormente por Joaquim Norberto de Souza Silva, na obra “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro”, a qual ganhou um prêmio do referido instituto em 1853, ano de sua publicação.

12 AHCMCF. ACF. Livro 7, p. 71.

13 AHCMCF. ACF. Livro 7, p. 80.

14 AHCMCF. ACF. Livro 7, p. 107 e 117.

15 AHCMCF. ACF. Livro 7, p. 158.

16 AHCMCF. ACF. Livro 7, p. 137.

17 AHCMCF. ACF. Livro 7, p. 174.

18 A respeito da Lei de Terras (1850), que criou o Registro Paroquial de Terras e das questões relativas a este registro ver Motta (2008).

19 Desconhecemos se estava vivo quando da feitura do registro. Igualmente, não sabemos se José Rodrigues da Cunha era indígena. Ele teria assumido a paternidade do pai do bacharel entre os anos de 1808 e 1816 (Moreira; Lemos, 2022, p. 36 e ss.).

20 APERJ. Registro Paroquial de Terras de São Pedro (RPTSP) (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 110, 111 e 112.

21 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 111.

22 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 112.

23 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 108.

24 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 196 e 197.

que talvez visse no sobrinho-neto a possibilidade de ter um varão<sup>25</sup>.

O irmão de Miguel, Joaquim Rodrigues Peixoto, também tinha terras. Uma delas, com vimos, era vizinha de seu possível neto, José Órfão, e que foram compradas de Manoel André de Souza<sup>26</sup>. Manoel André, ao que parece, em 1851, já havia falecido, pois se discutiu na Câmara que, no lugar denominado de “Pai Domingos”, era preciso fazer melhoramentos nas terras dos herdeiros de Manoel<sup>27</sup>. Estas terras ficavam em São Mateus, na localidade “Manoel André”, logo após a de “Leonardo”. Joaquim Rodrigues Peixoto possuía outra propriedade que limitava com Joaquim José Ribeiro, com quem estava em litígio, e com outras terras que havia herdado. Ele tinha, ainda, uma outra propriedade que acabava no “pântano do Trimumum”, e que também aparece como “terrenos alagados especialmente em estação das chuvas”<sup>28</sup>. Já o dr. Ypiranga dos Guaranyns tinha apenas uma propriedade na “Caveira”, que fazia limites com seu possível filho, José Órfão, e seu tio/sogro, Miguel Rodrigues da Cunha<sup>29</sup>.

Esse mapeamento nos leva a algumas conclusões. A família Peixoto conseguiu registrar uma área imensa de terras entre a sede da freguesia da aldeia de São Pedro e Campos Novos. A maior parte delas ficava em áreas pantanosas e com baixa presença populacional ou até mesmo vazias. Estas ficavam mais para o interior, em direção à freguesia de São Vicente de Paula, hoje pertencente à cidade de Araruama, e que eram “terrenos alagados especialmente na estação das chuvas”, onde se indicava o “Brejo do Peixoto”, localidade em que provavelmente seu gado pastava. A outra parte, as terras mais secas também foram registradas. Elas estavam situadas perto da estrada que ligava São Pedro à Campos Novos e eram as áreas cultiváveis, portanto mais produtivas.

Ao olharmos outros registros que foram feitos, em especial o “Registro Geral da Sesmaria dos Índios da

Freguesia d’Aldeia de São Pedro”, podemos notar que as terras declaradas pela família estavam dentro da sesmaria daquele aldeamento, segundo o que havia sido declarado pelo Juiz de Órfãos, Domingos de Oliveira Maia, “administrador dos bens dos índios da aldeia de São Pedro”. Essa sesmaria contava com:

(...) 4 léguas de testada, fazendo-a a margem da lagoa de Araruama, do marco da sesmaria do mosteiro de São Bento na praia do Baixo até o marco do lugar de Iguaba Grande com a sesmaria do padre Antonio Gonçalves Marinho, com 5 léguas de fundos até a margem do rio Mato Alto, e rio de São João, partindo pelo tudo do norte com a sesmaria do mosteiro de São Bento, e os herdeiros da Fazenda de Campos Novos e pelo lado do sul dividindo com herdeiros da fazenda de Paraty e outros<sup>30</sup>.

As terras da família estavam dentro da sesmaria do aldeamento criado em 1617, ainda no período colonial, local esse que, na segunda metade do século XVIII, recebeu, oriundo de Pernambuco ou da Bahia, o indígena Thomé Dias, o qual viria a ser o bisavô do dr. Ypiranga dos Guaranyns. Ali, nasceu a sua esposa, Áurea da Cruz, que, após enviivar, apareceu, em 1797, como pescadora, coletora de crustáceos e lavradora de mandioca em terras do aldeamento. Seu filho, Joaquim Rodrigues Peixoto, um dos proprietários de terra e pai do bacharel, tornar-se-ia capitão daquela aldeia nos anos de 1820. Acreditamos, portanto, que as terras que, no século XVIII estavam em posse de Áurea da Cruz, juntamente com as que estavam nas proximidades, foram inscritas no Registro Paroquial de Terras, por membros da família, transformando parte da sesmaria do aldeamento em propriedade familiar (Moreira; Lemos, 2022).

Enquanto Áurea usava sua pequena posse de terras para morar e plantar 20 alqueires de mandioca para alimentar seus 5 filhos; seus netos e bisnetos ampliaram o acesso da família à terra, passando, inclusive, a utilizar mão de obra escrava para produzir “gêneros coloniais” e criar gado fornecendo para o mercado regional diversas mercadorias.

O processo não foi simples e sem conflitos. As terras amealhadas possuíam um limite com áreas já bem definidas, podendo crescer apenas em direção leste, rumo ao interior. Isto estabelecia uma barreira para a

transformação dessas áreas em propriedade familiar. Ao sul, fazia fronteira com a sede da freguesia da aldeia de São Pedro. Ao norte, com a fazenda de Campos Novos. Ambas já estavam bem consolidadas, desde o século XVII. Parte das terras, ao norte, já estava em mãos da família no “Brejo do Peixoto”, também chamados de “terrenos alagados especialmente na estação chuvosa”, ou “Pai Domingos”. Essa localidade aparece citada nos Registros como comprada por Joaquim Rodrigues Peixoto de Manoel André de Souza e era onde provavelmente criavam o seu gado<sup>31</sup>.

Indo do norte em direção a oeste, para Cabo Frio, havia outras duas barreiras: a localidade de “Leonardo” Alves da Rocha, que era “foreira aos índios”<sup>32</sup>, e aproximando-se ainda mais da cidade de Cabo Frio, a localidade de “Alves Ribeiro”, que acreditamos que esteja creditada de forma equivocada, sendo o nome correto João Alves Pinheiro. Este, juntamente com sua esposa, pagava foro à Conservatória<sup>33</sup>.

A única área onde não existia uma barreira era a leste, onde a maior parte das terras foi amealhada. Na localidade, havia um litígio com Joaquim José Rodrigues, aquele que cita José Rodrigues da Cunha, avô do bacharel, como vizinho. O conflito pode ter origem na ocupação das terras que faziam parte da sesmaria do aldeamento e que não estavam ocupadas<sup>34</sup>. As referidas terras constituíam uma quantidade expressiva e chegavam ao curato de São Vicente de Paula. O curato, em 1860, foi elevado a freguesia quando da criação do município de Araruama<sup>35</sup>. A Câmara de Araruama, por sinal, reconheceu em 1873 que 80 indígenas moravam na localidade<sup>36</sup>. Por isso, também, a preocupação, em 1869, do vereador dr. Ypiranga dos Guaranyns na construção

de um cemitério no povoado de Itaí na freguesia de São Vicente de Paula<sup>37</sup>, o que demonstrava, mais uma vez, a influência da família na localidade<sup>38</sup>.

O que nos interessa observar, é que esse processo de apropriação das terras por parte da família Peixoto não pode ser visto apenas como um simples interesse fundiário<sup>39</sup>. A família, especialmente o bacharel, estava envolvida no processo “civilizacional” proposto pelo Estado imperial, que contemplava os indígenas (Moreira; Lemos, 2022). Assim, como destacou Motta, até 1856, data em que foram feitos todos os Registros aqui apontados, ainda havia no Brasil um otimismo em relação à Lei de Terras. Entre outras coisas, era vista como uma possibilidade de promover a colonização, não apenas dos imigrantes, mas também dos indígenas. Juntamente com a catequese, podia fazer com que os indígenas abandonassem o estilo de vida “bárbaro, errante e nômade”, sendo atraídos pela “civilização”, visto que veriam “florescentes searas, bem cultivados terrenos, abundância de viveres”<sup>40</sup>.

A sesmaria do aldeamento havia sido registrada como tendo 871 km<sup>2</sup>. Já as terras da família Peixoto contemplavam 0,83 km<sup>2</sup>. Portanto, as terras que foram apropriadas pela família correspondiam a, aproximadamente, 0,01% da sesmaria do aldeamento. Uma fração pequena do aldeamento, mas que fora fundamental para que a família acumulasse capital econômico e social, transformando-se em uma grande proprietária de terras e de escravizados, para os padrões da região.

37 Durante a legislatura de 1869-1872 da Câmara Municipal de Cabo Frio, o vereador dr. José Peixoto Ypiranga dos Guaranyns propôs a instituição, em 01 de junho de 1869, que se edificasse “um cemitério no lugar denominado Itaí no pequeno povoado que ali existe, atendo (sic) a grande distância que há a igreja da Aldeia de São Pedro”, em direção a São Vicente (AHCMCF. ACE. Livro 8, p. 197). O cemitério já era um pedido feito pela Câmara de Cabo Frio (1856) para a presidência da província, mas só começou a ser construído em novembro de 1869 e foi concluído em 1874 (Macedo Soares, 2011, p. 40).

38 FDSP, s/d; FDSP, 1850; HD, Correio Paulistano, ed. 113, 1954, p. 4 e 12; Correio da Tarde, n. 848, 4/12/1850; Diário, ed. 286, 20/10/1853, 1; Boeira, 2008.

39 Até o momento, as nossas pesquisas não indicaram a resistência de outros indígenas do aldeamento de São Pedro contra a família Peixoto.

40 Ideia que não duraria muito. Já na década seguinte seria abandonada, quando se percebe que os registros feitos pelos proprietários/possesores não correspondiam à verdade, estavam totalmente incompletos e que havia uma grande dificuldade em separar as terras públicas das privadas. Também existia a ideia de que os fazendeiros tentavam impedir que as terras “devolutas servissem para os aldeamentos indígenas, conforme estabelecido em lei” (Motta, 2008, p. 169 e ss).

25 O batizado é o primeiro documento oficial que temos que registra a mudança do nome de José Rodrigues Peixoto para José Peixoto Ypiranga dos Guaranyns, assumindo a sua identidade indígena, fruto das discussões do ambiente universitário da Faculdade de Direito de São Paulo (Moreira; Lemos, 2022, p. 90 e ss).

26 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 196 e 400.

27 AHCMCF. ACF. Livro 5, p. 167.

28 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 196 e 399.

29 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 197.

30 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 50.

31 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 400.

32 APERJ, RPTSP (Livro 13 de 1854 até 1857), Reg. 445.

33 Livro da Conservatória: A “Conservatória dos Índios” era a instituição responsável por administrar os bens dos aldeados. Infelizmente, para a província do Rio de Janeiro, temos a notícia que apenas um dos livros foi preservado. É justamente este. Ainda não tivemos oportunidade de consultá-lo com atenção. Este material se encontra no acervo do professor Geraldo Ferreira.

34 Motta mostrou que, apesar da Lei de Terras de 1850, e da obrigatoriedade do Registro Paroquial de Terras ter sido pensada, entre outras coisas, como um instrumento de acabar com os litígios de terra que ocorriam, isto não ocorreu (Motta, 2008, p. 68).

35 Município onde dr. José Peixoto Ypiranga dos Guaranyns atuou no início de sua carreira como advogado.

36 APERJ, FPP Col. 17, dossiê 103, pasta 1.

# considerações finais

Ao longo do texto mostramos como uma família indígena de São Pedro adquiriu protagonismo político, econômico e social no século XIX, na Região dos Lagos Fluminenses, o que destoava completamente do “papel social” reservado aos indígenas no Império. Naqueles tempos, a visão dominante no Estado sobre os nativos buscava encaixá-los como integrados, desterritorializados ou dissolvidos de forma subalterna na sociedade imperial, tendo suas identidades e direitos cassados, e sua presença invisibilizada.

A despeito desse cenário pouco promissor para a identidade indígena, o espaço político e o poder econômico adquirido pela família Peixoto demonstram como sabiam transitar nas elites imperiais, fazendo parte delas – mesmo que na sua periferia – e como usaram isso para a própria acumulação de terras e rendimentos,

aproveitando-se, inclusive, da sua condição de aldeado para não pagar foro das terras cultivadas.

Os membros da família Peixoto agiam também como intelectuais a serviço do Império, colaborando com soluções científicas para os problemas surgidos na lavoura, como pragas das borboletas ou formigas, ou na introdução de novos cultivos (algodão), iniciativas essas que também os beneficiava. Não obstante, o pai de Ypiranga era sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na qual havia discussões sobre como melhorar a produtividade no campo, como combater pragas, as novas culturas agrícolas, os novos maquinários, enfim, atitudes que muito interessavam à família, proprietária de terras, de escravizados, criadora de gado, produtora de café, além de outros produtos da lavoura comercial. A atuação da família Peixoto mostra que, mesmo com todas as barreiras colocadas pelo Império, lhes foi possível agir reafirmando a identidade indígena, naquele contexto, apesar das contradições, principalmente porque suas ações foram feitas em favor da preservação e reprodução social do núcleo familiar indígena e não do conjunto dos aldeados de São Pedro.

# referências bibliográficas

BOEIRA, L. Quando a pátria é o Rio Grande, se escreve a história da nação. IX Encontro estadual de história da Anpuh. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

COELHO, A. B. A cultura do Algodão e a questão da integração entre preços internos e externos. 2002. 136f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO (FDSP). Catálogo bibliográfico dos alunos de direito. S/l, s/d.

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO (FDSP). Lista de Formandos em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de SP em 1850. S/l, s/d.

GOUVÊA, M. F. O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOLLANDA, S. B. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 4. T. 2.

MACEDO SOARES, E. As matrizes de Araruama e São Vicente. Araruama: Nitpress, 2011.

MOREIRA, L. G. S.; LEMOS, M. S. O primeiro indígena universitário do Brasil: Dr. José Peixoto Ypiranga dos Guaranys (1824-1873). Cabo Frio: Sophia editora, 2022.

MOURA, J. F.; MOREIRA, L. G. S. História de Cabo Frio. Cabo frio: Sophia editora, 2020.

MOTTA, M. Nas fronteiras do poder. Niterói: EdUff, 2008.

SIMONSEN, R. C. História Econômica do Brasil, 1500/1822. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

URBINATI, I.; LAMARÃO, S. Centro De Pesquisa e Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOCIEDADE%20AUXILIADORA%20DA%20INDÚSTRIA%20NACIONAL.pdf>